



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Conjunta	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1935/13	<b>DATA:</b> 12/11/2013	
<b>LOCAL:</b> Plenário 4 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 17h05min	<b>TÉRMINO:</b> 19h16min	<b>PÁGINAS:</b> 47

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SÔNIA CORRÊA** - Membro do Conselho do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.  
**ROSANE BERTOTTI** - Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

**SUMÁRIO**

Debate acerca de projeto de lei de iniciativa popular sobre a democratização dos meios de comunicação.

**OBSERVAÇÕES**

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há orador não identificado em breve intervenção.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Boa tarde!

Nós vamos iniciar a audiência pública conjunta das Comissões de Cultura; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Educação.

Esta audiência pública foi requerida por cinco Parlamentares mulheres — Luciana Santos, Jandira Feghali, Alice Portugal, Iara Bernardi e Fátima Bezerra, além do Deputado Izalci, e é dedicada a discutir o projeto de iniciativa popular que democratiza a comunicação brasileira, criando um novo marco regulatório.

Como Presidente da Comissão de Cultura, eu vou iniciar a audiência pública, e posteriormente a gente se reveza na coordenação da Mesa.

Para compor a Mesa, de imediato eu chamo Sônia Corrêa, membro do Conselho do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé (*palmas*); Rosane Bertotti, Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (*palmas*); e nossa querida, referência de todos, Deputada Luiza Erundina (*palmas*).

Enquanto a Deputada Luiza Erundina se desloca até a Mesa, quero dizer o seguinte: na saída do Plenário 5 para o Plenário 4, um membro da comunicação que está aqui cobrindo o evento perdeu seu iPhone. É um iPhone preto, 4S, não é isso? (*Pausa.*) Então, se alguém viu ou tentou entregar à Segurança, por favor, avise-nos aqui, porque é um instrumento importante de trabalho para ele, que trabalha com convergência de mídias. Eu peço a quem viu que, por favor, nos ajude a encontrar.

Quero registrar a presença da Presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia, que está aqui conosco trazendo o apoio do movimento estudantil à democratização da comunicação (*palmas*). A gente vai registrar presenças, mais à frente, à medida que as pessoas apresentem aqui as suas credenciais.

Eu vou dar imediatamente a palavra à Sônia Corrêa, que vai fazer uma apresentação do projeto de iniciativa popular, e posteriormente passamos a outros oradores.

Sônia, a palavra é sua, por no máximo 20 minutos.

**A SRA. SÔNIA CORRÊA** - Obrigada.

Boa tarde a todos e todas! É realmente um prazer estar nesta audiência pública. Quero agradecer ao Deputado e às Deputadas que solicitaram esta audiência e também registrar que uma Mesa só de mulheres aqui é interessante, e



também as representações do movimento social — as mulheres no comando da democracia, pelo menos na luta pela democracia na comunicação.

Eu gostaria de começar fazendo uma contextualização deste projeto de lei de iniciativa popular da mídia democrática. Primeiro, quero dizer que a mídia tradicional vive um paradoxo. De um lado, a gente vai ver que essa mídia tradicional vive uma concentração sem precedentes, um poder econômico exacerbado, com controle ideológico. Ela realiza a manipulação de informação e tenta fazer a imposição de comportamentos.

De outro lado, e contraditoriamente, a gente observa que essa mídia tradicional também fica cada vez mais vulnerável. Ela nunca sofreu tantos questionamentos. Vai crescendo a resistência a essa manipulação, e os avanços tecnológicos, os nossos aparelhinhos de celular, com novas tecnologias e novas mídias, vão abrindo brechas para o enfrentamento desse poder midiático, com esse surgimento diário de novas mídias.

No Brasil, a mídia é controlada por seis famílias, e ela esbanja poder. Mas, ao mesmo tempo, dá sinais de fragilidade. Ela vai perdendo audiência, principalmente entre os jovens. E aqui a gente tem um grupo bem grande de jovens que podem confirmar isto: cada vez mais se informam pela Internet, pelas redes sociais, muito mais do que pelas mídias tradicionais.

E aí quero abrir um parêntese: esses jovens que estão aqui hoje também vieram da luta pela aprovação do Marco Civil da Internet. Se não for aprovada essa nova lei da regulação da Internet no Brasil, a gente pode, inclusive, perder essa oportunidade de criar, de fato, cunhas, mesmo, nesse sistema atual da mídia.

A mídia, hoje, também já não domina mais corações e mentes. E um exemplo clássico disso são os crescentes questionamentos que a gente vai ter até da própria novela das 9. Quem poderia imaginar, há 10, 15 anos, que as novelas fossem questionadas? E hoje a gente observa isso. Então, é esse questionamento da mídia tradicional que vai crescendo.

A luta pela democratização da comunicação não é uma luta nova, mas ela só vai ganhar força na sociedade, sair do gueto dos profissionais da comunicação, a partir do processo da 1ª Conferência Nacional de Comunicação — CONFECOM, em 2009. A Conferência Nacional de Comunicação aprovou importantes propostas que



serviram de base para o então Secretário de Comunicação, Franklin Martins, produzir uma proposta de regulação da mídia. Infelizmente, no entanto, o Governo não teve coragem de sequer colocar essa proposta sob consulta popular, como era a proposta inicial.

Veio o período eleitoral, e é um período em que a gente sabe que, de modo geral, há um arrefecimento das lutas, principalmente as lutas corporativas, mais pontuais. Mas, ao contrário do que se pensava, o movimento de democratização da mídia atua nas redes desmascarando, inclusive, as mentiras eleitorais. Outro exemplo que a gente pode dar como clássico dessa atuação nas redes sociais foi a história da bolinha de papel que atingiu o José Serra. Não fossem essas novas mídias e essa participação mais democrática da sociedade com relação a isso, talvez não tivesse sido desmascarada essa farsa eleitoral.

Também é nesse período que o FNDC — Fórum Nacional de Democratização da Comunicação lança a campanha pela nova lei de mídia democrática, através do *site* Para Expressar a Liberdade. E, uma vez que o Governo engavetou a consulta sobre a regulação da mídia, o movimento social resolve, então, construir a sua proposta de lei da mídia democrática.

As manifestações de junho, na minha opinião, reforçam a luta por uma comunicação democrática. A gente observou que, nas ruas, embora houvesse certa resistência às bandeiras, digamos assim, as principais bandeiras foram as de questionamento da mídia. Aqui em Brasília mesmo, em frente ao Congresso Nacional, a gente viu uma bandeira gigantesca nas manifestações, a do *Fora, Globo!*. E, aí, essa bandeira do *Fora, Globo!* não significa apenas um questionamento à Rede Globo em si, mas ao principal símbolo do monopólio da mídia no Brasil, que é a Rede Globo.

A Lei da Mídia no Brasil já tem mais de 50 anos e não corresponde mais à realidade brasileira; aliás, ela já nasceu atrasada, principalmente se nós formos considerar hoje a própria questão da convergência digital. A lei que a gente defende — e a Rosane certamente vai tratar disso mais detalhadamente — estabelece princípios da pluralidade, da diversidade regional, étnica, racial, de gênero, de cultura, respeitando cada realidade brasileira. Hoje, antes de a gente começar esta audiência, a Vic conversava aqui com os estudantes e dizia que na mídia a gente



não se vê na TV. Então, é importante reforçar isto: a gente precisa ter uma mídia que respeite essa pluralidade.

A lei que a gente defende estabelece transparência nas concessões de canais — hoje, não se sabe muito bem como isso acontece; proíbe o aluguel de espaços na grade de programação; proíbe que políticos sejam donos de emissoras. A Lei que a gente defende também estabelece o fim do monopólio; ela define regras que impeçam a propriedade cruzada, ou seja, que o mesmo grupo, ou família, ou pessoa, seja dono da TV, da rádio, do jornal, do *site*, enfim, do portal. Essa é a propriedade cruzada, que, no nosso entendimento, precisa ser impedida.

A lei que a gente defende também proíbe a censura prévia de conteúdos, define direito de antena para grupos sociais, como, por exemplo, UNE, UBES, garante a proteção à infância e proíbe conteúdos preconceituosos, sejam eles de qual tipo forem, seja racismo, seja homofobia. Essa é a lei que a gente defende.

A lei que a gente defende garante também a participação social na regulação, através do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação. E aqui eu quero fazer um parêntese para dizer que essa questão da regulação, através desse Conselho, é o que mais tem sido combatido por alguns setores que querem a permanência das coisas como estão, com relação à Lei da Mídia.

Ora, *quem não deve não teme*, já diz o dito popular. Então, se não há nenhum problema, se não há nada a esconder com relação a concessões, com relação à forma de atuação, não há problema algum em existir um órgão que regule e que controle a mídia, uma vez que é uma concessão pública, e, assim como toda concessão pública, ela pertence ao povo brasileiro, e, portanto, o povo brasileiro tem, sim, o direito de controlar o que vai nessa mídia.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que, para nós do Barão de Itararé, não é possível haver um Brasil democrático sem a garantia da democracia na mídia. É preciso assegurar a comunicação como um direito humano.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Passo agora a palavra à Rosane Bertotti e a Presidência à Deputada Luciana Santos, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia.



**A SRA. ROSANE BERTOTTI** - Boa tarde a todos e todas! Quero cumprimentar as nossas queridas Deputadas Jandira Feghali, Luciana Santos, Luiza Erundina, os demais Deputados aqui presentes, mas principalmente essa juventude que aqui está, esse movimento estudantil aguerrido, que, nas principais lutas e avanços da história e da democracia do Brasil, tem mostrado a importância da participação da juventude, a efervescência de estar em sala de aula, estar no movimento estudantil, mas estar com o pé na luta, na democracia, porque é preciso estudar, mas é preciso pensar o País que a gente quer. Então, quero cumprimentar vocês carinhosamente e os demais companheiros e companheiras do movimento de luta pela democratização da comunicação.

Eu tenho uma apresentação do projeto, queria me basear nessa apresentação, mas, diante da fala da companheira Soninha e diante também do atraso e do nosso pouco tempo — e, além desse debate tão importante, logo após termos a entrevista coletiva, para o debate, também, que se articula com o debate desse nosso projeto de mídia, que é sobre a garantia e a votação do Marco Civil da Internet —, então eu vou procurar resumir um pouco a minha fala nesse sentido.

A primeira coisa que eu gostaria de destacar é que, sempre que queremos falar em democratização da comunicação, nós somos tachados de ser os que estão querendo implementar a censura no Brasil, os que estão querendo implementar a censura nos meios de comunicação. Então, nesse nosso projeto de lei da mídia democrática, o primeiro princípio é garantir o direito de liberdade de expressão. Esse é o primeiro princípio desse nosso projeto, mas é garantir o direito de liberdade de expressão para todos e todas.

Outra questão que para nós é fundamental é que o direito de liberdade de expressão não é um direito que está acima dos outros direitos humanos. Ele tem que ser um direito que garanta os outros direitos humanos. E isso para nós é chave na articulação do nosso projeto.

Há outra questão que para nós é fundamental. Nós trabalhamos a comunicação como um direito, como um direito humano, como uma política pública. E essa política pública deve ser garantida pelo Estado. O Estado tem que ser garantidor dessa política pública. E nós não gostaríamos de estar debatendo um projeto de lei de mídia democrática. Eu gostaria de estar aqui debatendo um projeto



que a Presidente Dilma apresentou ao Congresso, um projeto que esta Casa tivesse regulamentado, a Constituição brasileira, e não fazendo o debate de um projeto de lei de mídia democrática.

Mas, se esse projeto não vem de quem tem a responsabilidade primeira, que é o Poder Executivo, não vem da correlação de forças da Casa, que é o Poder Legislativo, nós estendemos que o movimento social tem esse papel. É por isso que nós, do movimento social, resolvemos articular, junto com tantas outras lutas pela democratização da comunicação, esse projeto de lei de iniciativa popular, porque entendemos que é possível dar um basta em algumas questões.

Temos a clareza de que este projeto não é um projeto que regulamenta tudo em comunicação. Ele é um projeto que regulamenta a comunicação social, radiodifusão, baseada na regulamentação da Constituição brasileira. Então, ele tem vários aspectos que precisam ser articulados, como, por exemplo: a garantia da liberdade de expressão na Internet, debate que a gente está fazendo; a regulamentação e a articulação da comunicação pública. E eu vejo aqui várias companheiras, conselheiras, que estão junto comigo: a Rita; a Sueli, que está ali; a Ana Veloso, eu a vi aqui, ela está ali; e conselheiras da EBC. Nós precisamos também pensar este processo de comunicação pública. Então, o nosso projeto tem esse anseio.

Outra coisa: por que pensar um projeto de lei de mídia democrática se nós poderíamos dizer que está tudo bem? Não é verdade. A Fundação Perseu Abramo fez uma pesquisa que demonstra algumas questões que são fundamentais.

A primeira coisa que essa pesquisa demonstra é que a sociedade brasileira não sabe que uma concessão é pública. A sociedade, de forma mais geral, tem a compreensão de que uma concessão é propriedade de quem está gestando aquela propriedade, ele é o dono da propriedade, não tem a noção de que ela é uma concessão pública. Então, a sociedade também não conhece o que é a realidade da comunicação.

Outra questão fundamental que essa pesquisa mostra é que a sociedade não vê a realidade nos meios de comunicação. E, quando vê, vê de forma pejorativa. Neste momento, não tem como deixar de citar uma novela — e a Soninha falou sobre a crítica das novelas. Pasmem, assisti a uma novela das 8 em que todo dia



um gestor de um espaço privado, de um hospital, chama sua secretária, conversa com ela e depois diz assim: “*Traz um cafezinho, cadela!*”.

Pasmem mais ainda: esta mesma Rede Globo, esta mesma grande emissora, que diz que está conectada com o mundo, com a realidade, em nenhum momento... E nessa novela há muitos advogados. Será que os advogados dessa novela vão lembrar que isso é assédio moral, que isso ofende uma trabalhadora, que isso ofende as mulheres? Será que, quem sabe, numa representação dessa novela, poderiam colocar o que é realidade e o que é direito dos trabalhadores e do povo brasileiro? Será que não colocar essa realidade é uma forma de censura?

Então, o nosso projeto vem no sentido de dialogar com a sociedade brasileira; precisamos fazer essa discussão.

Como o nosso tempo é curto, eu não vou aqui entrar em detalhe de projeto por projeto. Mas vocês podem acessar o nosso projeto na página do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, na página dos vários movimentos, na página da Campanha *Para Expressar a Liberdade — uma nova lei para um novo tempo*. E este projeto só vai se tornar realidade se cada um de nós fizer esse debate no local de trabalho, na sala de aula, nos espaços de lazer, e se nós nos tornarmos sujeitos e sujeitas da construção desse espaço de democracia e fizermos com que esse 1 milhão e 300 mil assinaturas — ou 400 mil assinaturas; ou se porventura chegarem a ser, numa mudança da lei, 500 mil — se transformem num processo de realidade.

O importante é a gente fazer o diálogo com a sociedade. Já que eu usei o exemplo da novela — o importante é que aquela mulher trabalhadora, que sai às vezes às 6 horas da manhã, que tem que pegar ônibus para ir trabalhar, que trabalha o dia inteiro, que chega a em casa à noite, depois de várias outras tarefas, e cujo único lazer é ligar o botãozinho e assistir a uma novela, o importante é que ela tenha não só o direito de assistir à novela; que ela possa assistir à novela, mas ser respeitada na sua condição humana, na sua condição de ser mulher. O importante é que aquele trabalhador que não gosta de novela, mas gosta de futebol, tem que ser respeitado. O futebol não pode começar às 10 horas da noite só porque existe um plano de negócio de uma grande emissora, ou porque essa grande emissora é que define a hora que vai começar o futebol, a hora que o time, que cada agremiação vai jogar.





Como nós, do movimento social, vamos dialogar com a sociedade brasileira? Acho que esse é o grande desafio para que a democratização da comunicação não seja só uma chave nas eleições. O ano de 2013 está terminando, vai entrar 2014, em que vai ser feito todo um debate pela democracia, pelos avanços, por continuidade disso ou daquilo, por mudanças de várias plataformas políticas. E, no documento da democratização da comunicação, vai estar escrito apenas isto: *“Defendemos a democratização da comunicação e a liberdade de expressão”*. Ponto! Porque não dá para entrar no detalhe, não dá para fazer o debate, pois nele não se dialoga com quem supostamente pensa em dominar mentes e corações. A realidade tem mostrado que mentes e corações se dominam com mobilização, se dominam com formação, se dominam com o povo na rua.

Nesse sentido, acho que nós temos que fazer o debate e fazer com que esse projeto tome as ruas e se transforme em lei, para democratizar a comunicação.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Luciana Santos) - Lembro que esta é uma audiência pública conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; da Comissão de Cultura; e da Comunicação de Educação. Os autores do requerimento são: eu, Deputada Luciana Santos; o Deputado Izalci, que está aqui presente; a Deputada Jandira Feghali; a Deputada Alice Portugal; a Deputada Iara Bernardi; e a Deputada Fátima Bezerra.

Está aqui entre nós também o Deputado Jean Wyllys e o Deputado Paulo Rubem Santiago, que é da Comissão de Educação e da Comissão de Cultura. O Deputado Jean também é da Comissão de Educação e da Comissão de Cultura. Até agora, faltavam Deputados da Comissão de Educação; aqui estão dois. E eu pensei que só o Deputado Paulo Rubem era da Comissão de Educação, e o Deputado Jean Wyllys, da Comissão de Cultura, nosso Parlamentar sempre presente nas atividades.

Passo agora a palavra para a Deputada Luiza Erundina, que é Presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Boa tarde, companheiras e companheiros, companheiras da Mesa, Srs. Parlamentares, visitantes, servidores que nos acompanham nesta Casa e nos ajudam.



Eu primeiro queria me justificar. Como o início da reunião atrasou mais de 1 hora e eu tenho um compromisso fora da Casa, então não vou poder ficar para as discussões, para o debate. Mas não poderia faltar a esta audiência tão oportuna, reunindo inclusive várias Comissões que têm uma interface em torno do objeto que estamos tratando aqui, que é a questão das comunicações.

Eu quero dizer que esse projeto de lei de iniciativa popular para a democratização das comunicações em nosso País é resultado da omissão do Congresso Nacional, e em certo sentido até dos Poderes Executivos, dos governos que se sucederam ao longo das últimas décadas. Mas, por outro lado, tem o mérito de possibilitar o uso de um instrumento de democracia direta, que é o projeto de iniciativa popular. Está na Constituição, no art. 14, que não foi devidamente regulamentado. São de pouco uso no País estes instrumentos de democracia direta: plebiscito, referendo e projeto de iniciativa popular.

Então, veio em boa hora a iniciativa do FNDC — Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação. Nós esperamos tanto, mais de 4 anos. Vai fazer 4 anos, agora em dezembro, a primeira conferência de comunicação social, que foi um marco na história das comunicações no País, sobretudo porque o tema entrou na agenda da sociedade civil.

É verdade que já havia as entidades. O próprio FNDC, que foi criado muito tempo atrás, há mais de 10 anos, vem batalhando em relação a essa questão, bem como o Interozes e outras entidades da sociedade civil, muito antes de se realizar a primeira conferência de comunicação social, que foi inclusive uma conquista desses movimentos, dessas entidades. A conferência terminou sendo convocada, e só foi realizada uma única vez, vai completar 4 anos, mas deixou um legado extraordinário de contribuição, seja do ponto de vista da análise e da compreensão dos problemas que o sistema de comunicação social apresenta, sobretudo em relação ao marco institucional, ao marco legal, seja do ponto de vista das políticas públicas de comunicação.

Ficamos esperando o resultado da 1ª Conferência Nacional de Comunicação — CONFECOM. Ela produziu resoluções, propostas e suscitou, inclusive, a formulação de um projeto do Governo de marco regulatório, do então Ministro Franklin Martins. Inspirado no resultado da CONFECOM, ele conseguiu construir o



projeto no final do primeiro Governo Lula. No início do Governo Dilma, esperava-se que ele fosse apresentado, mas o novo Ministro das Comunicações, no Governo Dilma, resolveu retomar a proposta, recolocá-la em discussão. E, lamentavelmente, no curso desses quase 3 anos do Governo Dilma, o projeto não vingou e não chegou a ser apresentado aqui na Casa. Por tanto se esperar, foi muito oportuna a iniciativa do FNDC de construir essa proposta, que contempla exatamente todos os pontos, os eixos maiores, enfim, o resultado da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Portanto, o projeto tem o mérito de ser respaldado, inspirado, fundamentado em um fórum nacional democrático, com mais de 1.600 delegados. A CONFECOM, precedida de conferências estaduais, produziu esse conteúdo, que tem sido a base, a referência e o fundamento do projeto de lei de iniciativa popular.

Tem o mérito, portanto, de ser o resultado de uma decisão coletiva de delegados, reunidos democraticamente pelo País afora. Por outro lado, é um projeto de lei de iniciativa popular, que chega pelas mãos de uma entidade democrática da sociedade civil, o que torna a iniciativa ainda de maior mérito. Certamente, vai haver o acolhimento da sociedade a essa iniciativa, mas vai depender, evidentemente, de cada um de nós, de sairmos às ruas para não só coletar 1 milhão e 300 mil assinaturas, para apresentar constitucionalmente a proposta, mas também dialogar com a sociedade, a fim de conscientizá-la sobre o interesse que essa proposta apresenta para o cotidiano da população.

A própria Rosane lembrava as implicações do monopólio da mídia em nosso País, a falta de democracia dos meios, a ausência total de liberdade de expressão, o desrespeito a esse direito humano fundamental, que é o direito à informação, que é o direito à comunicação. Mas isso é produto de uma iniciativa da sociedade civil, que está ativa, que está gerando ações e movimentos que certamente vão nos obrigar, nós do Parlamento, a dar a nossa contribuição e cumprir aquilo que nos cabe ao recebermos o 1,3 milhão de assinaturas que eu tenho certeza de que vamos conseguir, para que esse déficit de democracia que existe no País se resolva com a aprovação desse projeto de lei de iniciativa popular.

Outro projeto de lei de iniciativa popular que, também por omissão desta Casa, começa a se apresentar à sociedade é o projeto de lei de iniciativa popular da



reforma política. Esta Casa, há mais de 20 anos, discute a reforma política. Há consenso sobre o caráter estratégico de uma reforma política no País, mas, lamentavelmente, o Congresso Nacional — Câmara e Senado — não tem tido a agilidade, a prontidão e a compreensão de que essa reforma estrutural, além da política de comunicação, é condição para o País consolidar a democracia e se desenvolver nos moldes do que lhe é exigido hoje, pelo patamar de importância que tem do ponto de vista econômico. Mas, por outro lado, o Brasil precisa também se colocar num patamar de importância em relação a essas políticas de comunicação e um sistema político moderno, aberto democrático e que faça avançar a democracia em nosso País.

Eu costumo dizer que a FRENTECOM é um filhote da CONFECOM. Foi a CONFECOM que inspirou as entidades da sociedade civil. Não foi uma iniciativa de uma Deputada, foi uma iniciativa dessas mesmas entidades que hoje aqui estão patrocinando esta audiência e esse projeto de lei de iniciativa popular, que suscitaram à Casa, através de nós, criar um espaço institucional. E aí a gente inventou que ele deveria se constituir não só de Deputados e eventualmente de Senadores, mas também de representantes da sociedade civil organizada. Esse espaço é a chamada FRENTECOM — Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, de que participam dezenas de Deputados e mais de cem entidades nacionais da sociedade civil.

A Frente funciona regularmente através de uma coordenação colegiada, com representantes de Deputados e Deputadas e de entidades da sociedade civil, que acompanha as ações de Governo e as ações da sociedade civil no que respeita à questão dos meios de comunicação e sua democratização.

Fizemos um seminário internacional sobre comunicação pública. Estamos preparando um fórum nacional das comunicações públicas em nosso País. Estamos discutindo a digitalização do rádio. Estamos discutindo os 700 mega-hertz que estão sendo transferidos para as teles, o que traz uma implicação importante sobretudo para o campo público das comunicações.

Há a FRENTECOM e entidades, sobretudo o FNDC, que encabeçam essa iniciativa do projeto de lei de iniciativa popular, além dessa articulação e integração de cultura, ciência e tecnologia e educação, que são áreas afins, e têm tudo a ver



com o tema da comunicação. Portanto, isto também é de se celebrar: uma ação articulada, integrada e conjugada em torno de um tema comum, de uma meta comum, que é a democratização das comunicações no País, que passa pela educação, passa pela ciência e tecnologia, passa pela cultura, sem dúvida nenhuma, e conta com uma forte presença da cidadania através dessas entidades da sociedade civil.

Eram essas as palavras que eu queria deixar registradas aqui em nome da Frente Parlamentar. Embora eu tenha que sair, estão aqui Parlamentares que são da coordenação, como os Deputados Jean Wyllys e Chico Alencar, estão aqui a Bia, a Maria e outras companheiras que são de entidades que participam da coordenação da FRENTECOM.

Portanto, embora eu tenha que me ausentar, a FRENTECOM não vai deixar de estar representada. Eu até pediria a presença da Bia, ou da Maria, ou do Deputado Chico Alencar, ou do Deputado Jean Wyllys, para que pudessem ocupar o meu lugar aqui em nome da Frente. Assim, sem dúvida nenhuma, a Frente estará tão ou mais bem representada na Mesa do que com a minha presença aqui, que sou apenas uma coordenadora entre tantos coordenadores dessa instância de representação aqui dentro da Casa.

Eu peço desculpas às Deputadas Jandira Feghali e Luciana Santos e a todos vocês por ter que me afastar.

Temos que celebrar este momento que é um passo à frente nessa luta que já vem de anos. A gente precisa ter sucesso e êxito na aprovação desse projeto de lei de iniciativa popular.

Muito obrigada. Uma boa tarde e um bom trabalho! *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Deputado Jean Wyllys, a Deputada pediu que V.Exa.viesse à mesa para representar a Frente. *(Pausa.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Quero registrar que chegaram aqui à audiência os Deputados Professor Sérgio de Oliveira, Fátima Bezerra e Chico Alencar, membros das Comissões. *(Pausa.)*

Cadê o som? Alguns microfones aqui não estão funcionando.



**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sra. Presidente, eu só queria explicar que estava aqui ao lado, numa outra audiência pública, da Comissão de Legislação Participativa, ouvindo o depoimento do jornalista José Cristian, de Sergipe, que foi condenado à prisão porque escreveu a crônica impessoal *Eu, o coronel em mim*. Eu estava lá presidindo essa audiência, daí a impossibilidade de estar aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Sem problema, Deputado Chico Alencar. A reunião começou atrasada também.

É preciso ver o problema do som, porque nenhum microfone está funcionando. *(Pausa.)* Alguém fez o microfone funcionar. Obrigada a quem resolveu o problema. Comunicação aqui é fundamental.

É o seguinte: pelo Regimento, agora fariam os autores do requerimento. Mas, por uma concessão generosa de todos, como o Deputado Paulo Rubem tem uma audiência no STJ, às 18 horas, nós vamos passar primeiro a palavra a S.Exa., por 3 minutos, e depois voltaremos aos autores do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Nós já nos manifestamos em vários fóruns, inclusive aqui na Câmara dos Deputados, em defesa do projeto de lei de iniciativa popular pela transformação da política de comunicação, fazendo uma reforma estrutural que não foi feita. Um dos nossos grandes déficits democráticos é aquilo que está proposto no projeto.

Nós também, com outros Deputados e Deputadas, assinamos o nosso apoio oficial à tramitação do projeto e vamos fazer como fizemos com o Projeto Ficha Limpa, que Deputados e Deputadas assinaram para que pudesse ter uma tramitação formal e regimental. Do contrário, teriam que ser conferidas todas as milhares e milhares, mais de 1 milhão de assinaturas, o que inviabilizaria a tramitação da matéria.

Eu não vou me estender porque tenho uma audiência agora, às 18 horas em ponto, no STJ e não posso me atrasar. Mas quero dizer que nós temos uma enorme satisfação de acolher esse projeto mesmo no final desta Sessão Legislativa, no ano que antecede um ano de disputas eleitorais, quando as agendas do Congresso são de certa forma misturadas com as agendas do calendário eleitoral.



Essa é uma necessidade histórica do nosso País. Nós passamos 322 anos como Colônia, 67 anos como Império, e a nossa República é muito pouco pública. A nossa República ainda é, do ponto de vista da comunicação, uma extensão das Capitâneas Hereditárias e do latifúndio originário da Colônia e do Império.

Então, é fundamental que nós consigamos ampliar a mobilização, trazer os partidos, trazer as entidades da sociedade civil, trazer inclusive o movimento sindical, que me parece não ter tido a mesma participação que outras instâncias de protagonismo da sociedade brasileira — sobretudo o movimento sindical, através de suas centrais.

Um dos grandes desvios da atual estrutura da comunicação do Brasil é o do atropelo ao contraditório. Nós estamos desde 1999 submetidos a uma política monetária que tem um tripé muito claro: superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante. Isso fez com que se consolidasse, nas contas do País, um sequestro de quase 50% dos recursos do Tesouro.

Esse é um tema que toca de maneira profunda a vida de cada cidadão, mas que não é discutido democraticamente na mídia. Os grandes jornalões, os canais de rádio e de TV, a TV aberta e a TV por assinatura fazem a ditadura do pensamento único com as Míriams Leitão, com as Lillians Witte Fibe, com os Carlos Sardenbergs, que dizem o que querem e no horário que bem interessa ao setor financeiro que comanda o controle das contas nacionais. Então, é essencial que possamos fazer uma reforma democrática e democratizante, para garantir e compartilhar o poder de comunicação com a sociedade civil.

Eu falo aqui em nome da minha bancada do PDT. Nós tivemos na figura do ex-Governador Leonel Brizola uma passagem histórica, que foi o enfrentamento dado ao monopólio das comunicações da Rede Globo, e uma vitória judicial que fez com que, em pleno *Jornal Nacional*, tivesse que ser lida uma nota assinada pelo ex-Governador Brizola. Por determinação da Justiça, a nota foi lida em pleno horário nobre pelo Cid Moreira. Esse é um momento emblemático do que foi a luta de um setor da sociedade, do que tem sido a luta do jornalista de Sergipe e de outros que foram censurados, de movimentos que não têm a voz nos meios de comunicação. Essa é uma questão essencial.



Eu falo, portanto, em nome da minha bancada e em nome do meu mandato. Contem conosco! Nós aqui hoje somos poucos, mas somos capazes de fazer muito mais do que estamos pensando.

Espero que possamos trazer aqui as centrais sindicais, que também têm um papel importantíssimo nisso, porque são vítimas dessa ditadura da comunicação e dos oligopólios.

Um grande abraço. Obrigado, Deputada Luciana Santos, Deputada Jandira Feghali, Deputado Jean Wyllys, Sônia e companheira Rosane. Nós estamos juntos nisso. Podem contar com o meu mandato.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Obrigada, Deputado Paulo Rubem.

Primeiro eu vou passar a palavra à autora do requerimento que já está à mesa, a Deputada Luciana Santos.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Sra. Presidente, nos debates que sempre realizamos, questionamos o papel da comunicação no País como sendo, como já foi dito aqui por todos, um direito básico do cidadão. Afinal, a informação ajuda não só a unir o País, mas ajuda principalmente a formar conceitos e opiniões e a retratar a nossa realidade na sua diversidade e ajuda na própria produção em todos os campos da população brasileira.

Nós somos daqueles que sempre acusam e dizem que um dos grandes malefícios do sistema de comunicação brasileira é o fato de que ele exatamente não respeita sequer uma conquista do povo brasileiro na sua Constituição de 1988, que prevê um sistema complementar do meio de comunicação privado, público e estatal. Nós vemos uma concentração muito grande dos meios de comunicação retratada nos dados objetivos que, embora sejam muitas vezes questionados, são dados da própria ANATEL. Eles revelam a concentração das emissoras, das afiliadas ou das retransmissoras, o que é debatido correntemente entre nós e entre os movimentos sociais.

Como bem disse o Deputado Paulo Rubem e tantas outras oradoras aqui presentes, é preciso haver um caráter transversal. É preciso que isso tome corpo não só nos fóruns e nas entidades próprias que debatem sobre a comunicação. É





preciso que isso tenha escala e ganhe a dimensão necessária, seja exatamente um assunto de todos os brasileiros e possa ser incorporado pelos movimentos sociais de maneira geral — estudantil, sindical e popular. Afinal, essa é uma discussão de todo brasileiro e, portanto, necessita ganhar a dimensão e a escala que lhe são necessárias.

Nós sempre dissemos aqui o quanto perversa é a comunicação. Na medida em que grupos econômicos dominam os meios de comunicação, é óbvio que isso reflete no conceito que você tem sobre a vida, sobre o cotidiano das pessoas, sobre o seu olhar para a sociedade e sua perspectiva.

Felizmente a Fundação Perseu Abramo tomou a iniciativa de fazer uma pesquisa que constata o sentimento da população brasileira, porque isso parecia um discurso dos movimentos sociais ou dos partidos políticos. A gente vai ao encontro exatamente da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, que reflete e reafirma uma opinião que era fruto de um sentimento e, é claro, da obviedade, na medida em que você tem um controle fechado. Portanto, a Fundação Perseu Abramo, com essa pesquisa, acaba revelando aquilo que nós sempre dissemos: que 71% da população é favorável a que haja regras.

Aliás, é preciso que regras sejam vistas. Como sempre se remete à questão da censura, registro que no mundo todo há regulação. Além disso, em todas as concessões públicas há regulação. Nós temos a ANAC, nós temos a ANATEL, nós temos a ANP, nós temos a ANCINE. Todas as concessões públicas deste País têm órgãos reguladores, porque são concessões públicas e precisam ter o controle da população.

Isso não é só uma reivindicação brasileira. Mais recentemente, a Corte Suprema da Argentina apontou para esse sentido. Há a Comunidade Europeia e o Reino Unido, que mais uma vez retoma esse debate — já existiam órgãos de controle no Reino Unido.

Fala-se que o Estado norte-americano é o símbolo da liberdade. Eu assim não o considero, muito pelo contrário, eu o considero um estado autoritário, onde a democracia é fruto dos interesses do poder econômico. No entanto, até os Estados Unidos têm um órgão regulador desde a década de 40, o que revela que esse é um assunto em que é preciso de fato avançar.



Eu penso que esse projeto de lei de iniciativa popular, a exemplo do que foi o Projeto Ficha Limpa, que tem aqui o peso da representatividade direta, que vem a esta Casa com o apelo e com a força de mais de 1 milhão de assinaturas, precisa de fato ganhar corpo e ser debatido.

Esta Casa precisa conhecer o assunto para que a gente troque ideias e possa contribuir com o debate, fazendo essa relação dialética necessária, que é a troca de ideias sobre isso que já é fruto do debate da sociedade desde a Conferência Nacional de Comunicação. A gente precisa fazer valer isso, visto que o próprio Governo, dito aqui inclusive pelo Ministro Paulo Bernardo, na Comissão de Ciência e Tecnologia, não se opõe a ele e acha que é correto fazê-lo.

Então, com o apoio de um projeto de lei de iniciativa popular, com o jeito, as contribuições e as características próprias dos movimentos sociais e do debate junto à população, espero que a gente possa abraçar esse tema aqui nesta Casa e fazer valer uma mudança qualificada de uma das reformas mais importantes e mais estruturantes neste País, que é a reforma dos meios de comunicação.

Um grande abraço. Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Jandira Feghali) - Obrigada, Deputada Luciana Santos.

Quero registrar a presença do Deputado Paulo Teixeira e passar a palavra ao Deputado Izalci, também autor do requerimento. *(Pausa.)*

A informação que os técnicos me deram sobre o som foi de que, na audiência anterior, caiu um copo d'água em um dos microfones. Como eles funcionam em sistema e como uma audiência terminou e outra começou em seguida, não houve tempo para resolverem o problema. Então, vamos usar o microfone sem fio para facilitar.

Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sra. Presidente, primeiro eu quero destacar a importância desta audiência pública, cujo tema merece realmente um debate.

Também quero lamentar a ausência de convidados. A Deputada Luciana Santos convidou — pelo menos está no requerimento dela — o Presidente da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação, e também o Instituto Palavra Aberta. Eu, particularmente, fiz dois requerimentos convidando



ainda a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV — ABERT a e a Associação Nacional de Editores de Revistas — ANER. A informação que me passaram aqui foi de que eles não compareceram e nem sequer mandaram qualquer justificativa. Não sei se há algum outro motivo dessa ausência.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Só um parêntesis, Deputado Izalci, para explicar: V.Exa. está falando que a ABERT, a ANER não responderam ao convite.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Nem a Associação Nacional de Jornais respondeu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tudo bem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Eu posso até citar os nomes aqui. Os convites foram enviados ao Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, que não respondeu; ao Sr. Frederic Zoghaib Kachar, Presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas, que também não respondeu; e ao Sr. Carlos Fernando Lindenberg Neto, Presidente da Associação Nacional de Jornais, que também não respondeu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso é só lamentável porque, pela importância do debate aqui nesta audiência, era muito necessária a presença deles.

Mas como foi dito aqui, até pelo fato de que a última regulamentação já faz algum tempo, eu não tenho dúvida de que realmente a gente tem que priorizar esse tema. Portanto, eu quero parabenizar a iniciativa.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Desculpe-me, Deputado: só a Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta, justificou a ausência.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Inclusive é quem representa a ABERT e a ANER. Ela justificou dizendo que não podia comparecer? É isso? (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Só há mais dois autores de requerimento aqui, eu e a Deputada Fátima Bezerra. Eu vou ser muito rápida. Nem deveria estar nesta posição em que estou aqui, mas quero ganhar tempo.

Quero só dizer o seguinte: há muitos anos, a gente vem labutando para que esse tema entrasse em debate e pudesse ter eficácia infraconstitucional e legal, para que a gente pudesse criar uma regulação da comunicação.



É óbvio que muitos são os argumentos: a censura, a inviabilização de mercado, o problema econômico. Na verdade, não é nada disso, mas um problema político acima de tudo.

Lamentavelmente esse é um dos temas que mais sofreu atraso nos nossos debates aqui. Eu estou aqui no meu quinto mandato e vejo que esse é um tema em que não se consegue regulamentar e avançar. Várias são as razões para isso. E acho que o público que está aqui não precisa que nós argumentemos muito sobre elas. Inclusive há o fato de que muitos Parlamentares são donos de concessão, o que também é um fator que dificulta esse debate aqui. De qualquer maneira...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Proíbe. Mas isso é um fato.

Aqui hoje, até por um momento histórico nosso, há várias tramitações acontecendo ao mesmo tempo. Há o Marco Civil, com relação ao qual, infelizmente, apesar do anúncio do acordo, o acordo não se consolidou e suspendeu-se a pauta. Ele não será votado nem hoje nem amanhã, ou seja, ficou para a semana que vem. É absolutamente lamentável que a gente não consiga construir um acordo em torno daquilo que é a liberdade de navegação, de inovação e de comunicação no Brasil e que é uma referência internacional. Esse é um marco regulatório que o Governo não enviou e a sociedade teve que tomar a atitude de puxar.

Está tramitando a regionalização da comunicação. Há um projeto aprovado desde 2002, que deu entrada em 1991 e está há 10 anos dormindo no Senado. Agora nós tomamos um golpe de uma Comissão que não tem poder de deliberar, com um texto absolutamente atrasado e ruim. E nós estamos tentando anular a deliberação dessa Comissão, através de questão de ordem apresentada na semana passada, para construirmos um texto de fato adequado e que respeite o debate.

Está tramitando o projeto sobre o direito de resposta.

Há o projeto de lei sobre as biografias, em que entra em discussão a liberdade de expressão e a privacidade. Essa é uma questão que está em debate na sociedade e vai entrar em votação aqui.



E ainda tem alguma questão do marco civil que acabou se desfazendo, a relação da Internet com o direito autoral, que ficou para a lei específica do direito autoral e vai ser tratada em lei própria.

O que eu estou querendo dizer com isso? Que não é por acaso que, ao mesmo tempo, tudo começa a florescer aqui dentro. Trata-se de uma necessidade, de uma exigência hoje da sociedade que esse modelo de negócio, esse modelo de concessão e essa forma como a gente atua sejam superados.

Há 10 anos esse debate não aconteceria dessa forma, mas eu acho que hoje o nível de consciência da sociedade aumentou. E essa é uma pauta que ganha respaldo e espaço e acaba tendo expressão dentro do Congresso Nacional, com todos os limites do acordo e com todas as dificuldades de avançar. Essa é uma exigência que vai se colocando para nós.

Então, eu acho que nós estamos chegando num momento político em que vamos dar um salto — e precisamos dar esse salto. Isso será impossível se vocês não se mantiverem aqui dentro, porque a correlação de forças não é tão favorável ou é pouco favorável — para ser muito gentil — a que essa democratização aconteça.

**(Não identificado)** - A senhora está sugerindo que a gente venha ocupar aqui o espaço?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Não, eu não estou sugerindo que venham ocupar o espaço. Eu quero a presença política de vocês. Pelo menos não ocupem o plenário da Câmara, porque é muito ruim.

Por fim, eu só queria dizer o seguinte: é importante também que quem luta pela democratização da comunicação também nos ajude a enfrentar a despolitização que a grande mídia faz da política brasileira. Eu estou repisando isso porque para mim é uma coisa central hoje. Se a democratização da comunicação é a mãe das reformas — e eu acho isso —, a reforma política é outra importante reforma. E nós precisamos de fato enfrentar esse debate. Se é verdade que a gente tem dificuldade no Parlamento, ele representa, mesmo que de forma distorcida, muitas das opiniões da sociedade brasileira. Portanto, não é possível jogar na vala comum, no lugar-comum a ação política, a política e a possibilidade que a gente tem de transformar a sociedade, o que só pode ser feito no plano da política.



Cada vez mais eu vejo campanhas em redes sociais, campanhas em todo lugar. E a própria grande mídia só divulga o que é negativo do que a gente faz e do que o que o mundo político faz. Nós precisamos enfrentar isso. E vocês, que são formadores de opinião e articuladores da democratização da comunicação, têm que nos ajudar nisso. É muito complicado você vivenciar uma situação em que todos são nivelados por baixo, como se fosse possível fechar o Congresso e isso fosse bom para a sociedade brasileira.

E eu acho que vocês têm que nos ajudar a enfrentar isso num alto nível e no plano da política, para que de fato ela se renove com qualificação. Renovar por renovar, isso não quer dizer que vai melhorar, pois pode piorar. Os que têm já a sua base consolidada de voto e que independem dessas campanhas de comunicação voltarão. E não necessariamente os melhores representantes da sociedade em termos mais amplos e democráticos terão assento neste Congresso Nacional, se a gente não enfrentar a despolitização e a negação da política que vem ocorrendo com muita força ultimamente.

Era só isso. Quero parabenizar todos. Estamos juntos aí na luta da democratização.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Luciana Santos) - Com a palavra a nossa Deputada Fátima Bezerra, também autora do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Deputada Luciana Santos, eu quero cumprimentar os colegas Parlamentares e saudar a Mesa, a Sônia, a Rosane e os companheiros Deputados Jean Wyllys e Jandira Feghali. Saúdo ainda os demais companheiros e companheiras representantes das entidades.

Também lamento o fato de que os demais convidados não tenham vindo. Eles devem ter tido algum problema. Nós tínhamos convidado o Azenha, o Altamiro e outros. Deve ter havido algum problema, por isso eles não puderam comparecer.

Eu digo isso, porque sou uma das que sigo muito o Azenha, o Altamiro, o Rovai, essa turma toda pelas mídias. E eles fazem, sem dúvida nenhuma, um trabalho muito importante. Não desmerecendo, Sônia, a presença do Barão de Itararé. Muito pelo contrário. E o Fórum, assim como a CUT, também.



Vocês todos têm uma audiência muito grande lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Mas, enfim, eu quero me associar aos Parlamentares que me antecederam e dizer o quanto é saudável a gente ver os movimentos sociais nesta Casa participando deste debate. Eu acho que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação cumpre um papel muito importante pelo que tem conseguido aglutinar. O Fórum, hoje, a meu ver, é muito representativo. Tem conseguido reunir em torno dele movimentos de muita expressão, de muita legitimidade. A presença da juventude aqui é extraordinária, é maravilhosa, porque, como já foi dito aqui, nós estamos diante de dois grandes desafios que, a meu ver, são a democratização da comunicação e a reforma política. Eu, sinceramente, fico em dúvida se dá para dizer que a reforma da comunicação é a mãe das reformas, se não é a reforma política. As duas reformas, a meu ver, são tão essenciais, de caráter tão estruturante que eu não consigo, sinceramente, separar uma da outra. E não é à toa que são dois temas que não “andam” aqui de maneira nenhuma. E quando “andam” é para pior. Quando há alguma mudança aqui dentro da legislação no que diz respeito à reforma política, é para piorar. Vejam o que aconteceu no debate recente do que eles chamaram de minirreforma eleitoral. Foi um insulto, ridículo. Quer dizer, de repente a resposta que se dá à sociedade é tratar de tamanho de adesivo, de colagem de cartazes.

Mas o fato, Deputada Jandira Feghali, é que o modelo de comunicação que aí está é anacrônico, obsoleto, é igual ao modelo do sistema político-eleitoral. Igualzinho.

Portanto, eu acho que não tem como separar uma coisa da outra. E digo mais: tem hora que a gente é acometida de uma revolta muito grande porque o grau de preconceito que existe no debate tanto da reforma política como da reforma da comunicação é algo que nos revolta, causa muita, muita, muita indignação, porque, no mínimo, seria preciso encarar, Deputada Luciana Santos, que uma coisa foram os anos 1950, uma coisa era o tempo, a vida há 50 anos, e outra coisa são os tempos de hoje. Hoje se vive no tempo do livro digital, das mídias. Meu Deus, quanta mudança! Quanta mudança no campo da tecnologia! Deputado Paulo Teixeira, a comunicação, no mínimo, teria que se ajustar a essa nova realidade que o mundo vive — sem aqui, claro, desmerecer ou negligenciar o tema central, do



monopólio, da concentração. É um crime a gente viver num País onde a comunicação está nas mãos de duas, três, quatro, cinco, seis famílias, que fazem o que querem.

No meu Estado do Rio Grande do Norte, o Presidente do Democratas, Senador José Agripino Maia, tem um filho também Deputado. Eles são donos, operam a concessão da *Record* lá no Rio Grande do Norte. E o uso da programação lá é feita de forma muito ostensiva. E não são só eles. Os que atuam nesse ramo, em sua grande maioria, afastam-se completamente dos padrões mínimos de profissionalização. Isso a gente vê em todos os Estados.

Eu vou encerrar, portanto, dizendo que este é um tema que para nós, para os movimentos sociais é proibido. É verdade. Há empresas de comunicação no Rio Grande do Norte, Deputada Luciana Santos, em que há não sei quanto tempo — eu já perdi a conta — não passa um fio do meu cabelo quando eu quero ter acesso a um meio de comunicação — e não é por questão de natureza pessoal, quero ter acesso ao meio de comunicação pela representação que eu exerço, em nome do povo do Rio Grande do Norte, no Congresso Nacional — para dar conhecimento à sociedade do debate, das teses, das discussões, das disputas que ocorrem aqui dentro. Mas isso nos é negado. Essa é a verdade.

Então, quero apenas saudar todos, dizer o quanto a gente fica contente de vê-los aqui. É aquele velho ditado: *Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*. Nós não podemos desistir disso nunca. E o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, tem uma posição cada vez mais clara. O PT se convenceu de dois grandes desafios, de dois compromissos que ele tem com a sociedade brasileira, com o Brasil: a reforma política e a reforma da comunicação social.

Eu espero que nós possamos, nesse próximo ciclo, Deputado Paulo Teixeira, enfrentar esse tema com muito vigor, com muita firmeza. Aliás, já estamos fazendo isso. Estamos aí nos associando à campanha dos projetos de iniciativa popular tanto da reforma política como da democratização dos meios de comunicação.

E quero dizer que agora, por ocasião das eleições diretas do PT realizadas neste domingo, nós aproveitamos, Deputada Luciana Santos, para colher assinaturas tanto para a reforma política como para a da comunicação social.

É isso aí. Apenas queria dizer que estamos juntos nessa luta.





Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Luciana Santos) - Muito bem, Deputada.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Muito obrigado. Eu vou tentar ser objetivo. Agradeço à Deputada Jandira Feghali e à Presidenta da Mesa por me conceder a palavra.

Para não repetir o que disseram os outros Deputados, para não ficar nessa fala monocórdica, eu vou tentar trazer algumas questões novas para o debate.

Todos nós concordamos que existe uma missão por parte do Congresso Nacional e dos governos que se sucederam no que diz respeito a aprovar a regulamentação dos meios de comunicação no Brasil, sobretudo depois de todas as transformações tecnológicas: TV a cabo, Internet, convergência digital. Todos nós concordamos que é preciso democratizar os meios e o acesso a eles e que é preciso rever os critérios de concessão pública da exploração comercial de tevê e rádio. Mas, embora concordemos com isso, precisamos fazer distinções e aprofundar a nossa crítica em relação aos meios de comunicação e em relação à comunicação de massa.

Então, a primeira questão — e aí eu vou dar uma de professor aqui — é que toda comunicação tem elementos em etapas. Nós temos a emissão, a mensagem, o canal em que essa mensagem vai envolvida e o receptor.

Então, os meios, que são os canais, os meios de comunicação são muito distintos entre si. E essa distinção entre os meios faz com que o conteúdo se modifique. Ainda que o emissor tenha uma intenção ao transmitir a sua mensagem, o sentido dela só é produzido na recepção. E a recepção de qualquer conteúdo está sempre mediada pelo que chamamos de posição de sujeito, ou seja, a classe social, a etnia, o gênero, a formação, a educação formal da pessoa, a sua orientação sexual. Tudo isso interfere no sentido que ela vai produzir.

Por exemplo, ainda que os meios de comunicação tenham-se alinhado numa crítica ao Governo petista, a gente não pode desconsiderar o papel que o Bolsa Família teve como mediador cultural na recepção dessas mensagens. E ainda que os meios de comunicação tenham batido sistematicamente no Governo do PT, Lula não deixou de ser reeleito e não deixou de eleger Dilma. É o primeiro ponto. Então,



isso derruba a tese do controle absoluto sobre os corações e as mentes e esse jargão que é repetido *ad infinitum*, muitas vezes, pelos movimentos sociais. A gente há que entender que a comunicação é muito mais complexa.

Além do mais, a audiência também não é um bloco monolítico, essa grande massa indefesa contra os controladores dos meios de comunicação que querem manipular as consciências e os corações. Não, a audiência é muito complexa entre si. E eu volto a dizer: as posições de sujeito, as histórias de vida interferem na produção do sentido.

Hoje, por exemplo, eu publiquei uma foto da Polícia Militar num Município da Bahia: eles todos em posição de orgulho diante de um cadáver no chão, de um homem negro que era supostamente integrante de uma quadrilha de assaltantes de banco. A imagem remete à imagem dos soldados com a cabeça de Lampião e de Maria Bonita e também remete à imagem dos soldados americanos com as suas vítimas no Afeganistão. Os comentários da matéria e os comentários na minha postagem são os piores possíveis. Quer dizer, todos defendem a tese de que bandido bom é bandido morto e, portanto, a Polícia estava dando um exemplo para os futuros inimigos das famílias brasileiras.

A audiência não pode ser tratada com essa condescendência, porque nós somos muito complexos entre nós. Portanto, precisamos qualificar a nossa crítica aos meios de comunicação, não considerando os meios de comunicação como esse grande manipulador e grande controlador de mentes. Se fosse assim, não haveria contestação ao próprio conteúdo dos meios de comunicação e, nas últimas manifestações que aconteceram, não haveria uma crítica tão clara aos próprios meios de comunicação. Então, a gente precisa sair um pouco dessa ideia de que há um controle absoluto.

A despeito da crítica, sobretudo a militância petista é muito contundente nessa crítica aos meios de comunicação. E aí ela cunhou a expressão PIG — Partido da Imprensa Golpista, que a gente pode ler também como “Partido da Imprensa Governista”, uma vez que parte dos recursos do Governo é utilizada para financiar essas mesmas imprensas. Quer dizer, se a gente considerar a verba publicitária que o Governo destina e os próprios recursos dessas empresas que



exploram a concessão pública, a gente vê que parte desses recursos vem do próprio Governo. Então, a gente tem que lembrar isso.

É preciso lembrar, por exemplo, que a Rede Record teve um papel fundamental na eleição e na reeleição do Lula e na eleição da Dilma. Então, gente, vamos tornar um pouco mais complexa essa crítica!

E a gente tem que lembrar ainda que os 12 anos de PT no poder — e por PT entenda-se a ampla coalização formada para sustentar o PT no Governo, incluindo aí o PCdoB, o PSB, que dela agora não faz mais parte, e outros partidos da Esquerda — não garantiram aqui um projeto de lei vindo do Governo para a gente discutir sobre regulamentação dos meios de comunicação. Então, a gente há que perguntar qual é o real interesse desse Governo e dessa coalização em democratizar os meios de comunicação.

Ainda que a telenovela tenha um papel fundamental na configuração de imaginários, quando a gente fizer uma crítica a ela não pode esquecer que a telenovela é uma peça de ficção. A gente não cobra de Shakespeare que apresente uma tese de defesa de Desdêmona no clássico *Otelo* — ela que é morta pelo marido ciumento e não há nenhum advogado que se levante para defendê-la da violência de gênero —, porque se trata de uma peça de ficção e de uma denúncia que vem da própria história em si. Portanto, a gente não pode ficar cobrando isso dos autores de novela. Afinal de contas, novela é novela, é ficção. Da mesma maneira, Tia Anastácia não teve nenhum advogado de defesa das injúrias racistas proferidas por Emília em caçada de Pedrinho. E por mais que a gente teça hoje uma crítica à produção literária de Monteiro Lobato, a gente não desconsidera e não ignora o fato de que Monteiro Lobato é ficção. Portanto, sendo uma peça de ficção e tendo uma importância no imaginário, a gente não pode ficar cobrando que os autores de ficção deem conta daquilo que cabe a outras instâncias e a outras formas discursivas.

Com isso, eu quero chamar a atenção para o fato de que a gente não vai avançar nesse projeto se não entender a complexidade que o envolve e não sair desse maniqueísmo simplista que tende a transformar os meios de comunicação de massa e até mesmo as empresas que exploram esses meios em inimigos da democracia e da liberdade.



Desculpem-me por estar me repetindo aqui em relação a outras falas que já fiz. Mas eu me repito porque, de alguma maneira, também as pessoas se repetem. Eu volto a dizer: essa expressão “a mídia” me apavora porque não existe “a mídia”, existem as mídias, os diferentes meios de comunicação, que são muito diferentes entre si e são formados por pessoas, por gente. E cada meio de comunicação é uma arena, em que uma correlação de forças existe ali presente, e com forças se opondo.

Então, não vamos tratar o tema como se fosse um bloco monolítico. Isso é fundamental. Se a gente não fizer essa crítica, se a gente não fizer esse discernimento, pouco vai avançar nessa pauta que é tão importante para o País, que é a pauta de democratização dos meios de comunicação e do acesso à informação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu já não esperava aplausos mesmo — ouviu, gente? — porque o meu papel aqui era um papel de crítica a esse coro dos contentes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - De qualquer maneira, algumas questões ficaram para o debate.

Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu quero cumprimentar a Deputada Jandira Feghali, Presidenta da Comissão de Cultura, a Deputada Luciana Santos, autora do requerimento, o Deputado Jean Wyllys, a Rosane Bertotti, a Sônia Corrêa, representando aqui o Barão de Itararé e o Fórum Nacional de Democratização pela Comunicação, os demais Deputados e as entidades presentes.

Quero saudar este evento e dizer que acho que este tema é fundamental para a democracia brasileira. Nós precisamos, ao pensar o atual estágio da sociedade brasileira, pensar no aperfeiçoamento da democracia. E aperfeiçoá-la requer uma reforma política e requer um novo marco regulatório dos meios de comunicação. Isso já era visto pelo Constituinte, que colocou no capítulo da comunicação social a necessidade de a lei combater o monopólio, combater a transmissão de valores que fossem preconceituosos, a publicação e veiculação de produtos que fizessem mal à saúde.

É importante notar que esse é o único tema não regulamentado desde a Constituinte de 88. E esse tema, que era uma preocupação ainda de uma sociedade



industrial, torna-se muito mais importante numa sociedade pós-industrial, com os meios eletrônicos. A sociedade brasileira poderia ser melhor se debatesse esse tema.

Eu fui autor de uma lei sobre a convergência digital e lembro-me do que foi a base do relatório do Deputado Jorge Bittar. As televisões entendiam que aquela lei podia acabar com as televisões abertas, que têm um conteúdo importante no Brasil, e podia favorecer as teles. O impressionante é que esse debate evoluiu para que as TVs concordassem com a convergência digital. E hoje nós temos um fundo da televisão por assinatura que está financiando o conteúdo nacional e o conteúdo das produtoras independentes do Brasil. Então, o que era visto como um problema passou a ser uma solução, porque todos os atores o debateram.

Eu creio também que há resistência das empresas de comunicação no Brasil — elas resistem a esse tema. E elas o fazem de uma maneira tal que se utilizam de um artifício lógico que, em minha opinião, vale para elas. Quer dizer, elas restringem a opinião pública no Brasil. E nós queremos ampliar a opinião pública no Brasil. Nenhum desses debates trazidos aqui, como o Marco Civil da Internet, a Lei das Biografias, têm conseguido equilibrar o tema da liberdade de expressão, o que esse debate precisa fazer. A liberdade de expressão é um valor muito importante na hierarquia da nossa Constituição inclusive.

Então, nós queremos ampliar e garantir a liberdade de expressão e ampliar a esfera da opinião pública, tão reduzida no Brasil. Por isso eu creio que esse debate requer uma mobilização da sociedade brasileira. Tanto a reforma política quanto a democratização da mídia brasileira requerem uma mudança e uma exigência na sociedade brasileira. Os jovens que saíram às ruas em junho questionaram as instituições políticas — o Congresso, etc. —, mas questionaram a mídia. Tanto é que os órgãos de televisão tiveram que tirar a sua logomarca, porque foram agredidos ali nas manifestações de junho.

É por isso que eu acho que esse debate requer a mobilização da sociedade e que em breve virá. O Franklin Martins, quando era Ministro das Comunicações, deixou uma proposta de lei sobre o tema, que eu creio que o atual Ministro das Comunicações não levou adiante. E aí eu me somo à crítica em relação a isso.



Inclusive, as palavras do Deputado Jean Wyllys demonstram que você tem que ter uma ampliação da esfera da opinião pública para além dos governos. A distribuição de verba publicitária, também na minha opinião, é malfeita. Hoje nós temos novas mídias no Brasil que requereriam receber verbas e que não as recebem. Portanto, hoje nós temos que trabalhar um equilíbrio maior na esfera de opinião pública.

Eu quero aqui trazer o meu apoio. E falo a partir de uma posição. Eu sou Secretário Nacional do PT e me posiciono achando que o Governo erra ao não mandar esse tema para o Congresso Nacional. Mas esse tema será mandado em breve: ou ele virá agora ou ele vai fazer parte central do debate das eleições de 2014. E nós vamos ter que construir um compromisso público em relação a esse debate.

Portanto, eu venho aqui dizer o seguinte: esse debate fará bem ao Brasil e inclusive para as atuais redes de televisão — inclusive para elas —, porque elas terão que estar num patamar superior. Não se trata de uma crítica ao conteúdo dessas redes, visto que nós temos muita riqueza na televisão. Mas temos muitos problemas também. Não dá para dizer que não temos problemas. Temos problemas.

Parte do que passa na opinião pública não vai para a TV. Eu leio jornais no Brasil, assisto à televisão e busco equilíbrio nos *blogs*. Às vezes os *blogs* “desconstroem” — entre aspas — verdades dos meios de comunicação: o terrorismo que se faz, o terrorismo econômico, o terrorismo político.

Enfim, nós precisamos de um maior equilíbrio. E esse maior equilíbrio virá se nós conseguirmos avançar nesse plano. Então, eu venho aqui trazer o nosso apoio e dizer que estamos juntos nesse debate.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Obrigada, Deputado Paulo Teixeira.

Nós ainda temos uma coletiva de imprensa, mas vamos dar a palavra final às duas entidades.

Eu acho que a fala do Deputado Jean Wyllys enseja aqui uma questão que eu, como Presidente do debate e até militante do PCdoB, preciso colocar. Uma coisa é o debate conceitual e outra é o debate conjuntural. Nós estamos debatendo



um projeto de grandes marcos regulatórios da comunicação, que obviamente vão incidir diferentemente sobre os diversos meios e os diversos poderes que se estabelecem. Eu acho que ninguém aqui, em sua consciência, acha que, na mídia, todos são iguais e nem que o poder orçamentário e de verbas é homogêneo.

Então, quando você cria um marco de regulação conceitual, ele vai se aplicar a todos. Essa lei não é para a Globo, nem é para a Record, nem é para o SBT. Essa lei é uma regulação da comunicação brasileira e envolve uma série de conceitos e princípios que vão, obviamente, incidir sobre os que monopolizam. É óbvio que vão! E ele tem que quebrar mesmo esse monopólio, como, aliás e de resto, outras leis no mundo.

E nas questões conjunturais, eu diria que é muito complicado, num governo amplo de coalisão, você fazer a cobrança da composição dessa coalisão igualmente. Todo governo amplo de coalisão é um governo em disputa. E nessa disputa, os partidos se posicionam, disputam as suas posições e não têm responsabilidade sobre todas as ações do Governo, na correlação de formas internas que ele tem.

Então, eu digo com muita tranquilidade que, dentro dessa coalisão, a esquerda é minoritária. E nós não podemos levantar dúvidas sobre o compromisso que partidos que estão na coalisão têm com este tema. Isto não é aceitável por nenhum de nós, pelo esforço que se faz há pelo menos 23 anos deste Congresso — eu, pelo menos, desde 1991. O meu primeiro projeto neste Congresso foi o da regionalização da produção cultural, artística e jornalística. Ele levou 12 anos tramitando aqui e já está há 10 anos no Senado — 10 anos no Senado. Não é fácil mesmo não! Não é fácil! Agora, nosso compromisso é inquestionável — pelo menos aqui falando em nome do PCdoB — com este tema.

E por último...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Só para deixar claro: eu não questionei esse compromisso não, ouviu Deputada Jandira Feghali?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - V.Exa. questionou a coalisão.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Eu apenas expus um fato sobre a coalisão que sustenta esse Governo há 12 anos — e aí eu não estou



desconsiderando a correlação de forças internas da coalizão. Essa coalizão não trouxe para cá um projeto de lei, que não veio da parte do Governo e não veio daqui também. Foi isso que eu falei. Contra fatos não há argumentos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Eu disse isto antes inclusive, Deputado Jean Wyllys: que o Governo não teve a coragem de encaminhar. Essa foi a minha fala anterior.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Não vamos criar melindres, por favor!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Não é melindre não, é política. Não há melindre pessoal aqui não! Aqui eu estou respondendo na política. Você falou e eu também tenho que falar. Você tocou no PCdoB, como tocou em outros. Cada um que fale pela sua organização.

Agora, eu acho que a gente não pode fazer um questionamento genérico, questionando em tese o compromisso dos partidos com o tema.

E por último...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Olha, eu tentei não ser genérico, até porque todo mundo foi genérico até a minha fala. Quer dizer, quando a fala traz uma crítica interna, porque é necessário que se encare uma crítica interna...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Mas eu também faço isso, Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - ... aí as pessoas ficam exigindo excesso de distinção.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Jean, por favor, eu estou tentando concluir aqui a minha intervenção.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sim, mas você está falando da minha fala.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - É claro! É óbvio!

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Então, eu tenho o direito de responder.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Eu só estou reagindo porque você falou. Então, vamos com calma.

E por último, eu quero dizer o seguinte: conjuntamente nós podemos localizar o apoio de mídias a várias pessoas. Agora, é inquestionável a presença da Oposição e de Líderes de centro-direita ou centro-esquerda nos meios de





comunicação também. A conjuntura, a depender dos projetos e dos temas em curso, favorece de um jeito ou de outro.

Os temas que se colocam trazem uma discussão conjuntural que podemos fazer: a briga da Record com a Globo; como é que as eleições se deram; e como as redes sociais foram fundamentais na quebra da verdade única e da visão monopolizada do processo político eleitoral. É muito importante que a gente realce isso aqui porque, de fato, a pluralidade de opiniões é decisiva para formar a consciência das pessoas. É claro que nem todo mundo tem acesso à Internet e que a televisão aberta ainda é o grande meio de “informação” — entre aspas —, porque chega à casa das pessoas. Por isso essa regulação é fundamental. E nisso eu acho que todos aqui temos consenso, independentemente da forma como vemos o processo.

Agora, também é consenso aqui que exatamente a ausência de iniciativa do Governo — e eu disse isso no início da audiência pública — fez com que a sociedade trouxesse para cá um projeto de iniciativa popular. E ainda digo: não só o Governo, mas o Congresso. O Congresso brasileiro também não conseguiu enfrentar esse tema até aqui. Este é um problema: a deficiência política nossa pela correlação de forças que se estabeleceu aqui, até porque a eleição não corresponde necessariamente ao que a sociedade é, mas à distorção que o poder econômico faz.

Então, é só uma questão específica que eu trago.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Só um aparte, Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - V.Exa. está sem microfone, Deputada Fátima Bezerra. Tem um microfone sem fio aqui.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sra. Presidenta, eu acho que foi importante esse diálogo que você estabeleceu com o Deputado Jean Wyllys. Eu queria só quero reforçar o seguinte: o Deputado Jean Wyllys colocou uma coisa sobre a qual não existe nenhum dissenso em absoluto, ao afirmar claramente que a coalizão que está aí não tem interesse de maneira nenhuma no tema da comunicação, assim como no tema da reforma política. Isto é o óbvio do óbvio. Todos nós reconhecemos isto. É claro: com a coalizão que está aí, nunca haverá isso. É uma questão matemática.



A gente sabe que precisa de voto para aprovar as coisas aqui dentro. E é a maior ilusão do mundo pensar que essa representação política existente no Congresso Nacional vai aprovar qualquer legislação de caráter progressista e de caráter inovador tanto no tema da reforma política quanto no tema da comunicação social. Não vai! Não foi, nem vai, nem irá! Daí exatamente a importância da iniciativa popular, do fora para dentro, de vir para cá, do debate aqui prosperar, enfim, de essa mobilização social exatamente se estabelecer aqui dentro.

E eu vou mais além, Deputado Jean Wyllys: mesmo que o Governo tome a iniciativa, se não houver uma pressão e uma mobilização muito grande, todos nós sabemos que o tema não vai andar de maneira nenhuma, Deputada Jandira Feghali.

Somando o PT, o PCdoB, o PSOL e o PDT em parte, quantos Parlamentares aqui de fato têm um compromisso firme, do ponto de vista ideológico e programático, com essas teses? É a minoria da minoria.

Eu estou no meu terceiro mandato nesta Casa e atuo principalmente na área da educação. Devo dizer que nós temos muito que celebrar nessa área, inclusive por conta da participação da sociedade, dos movimentos sociais, da UNE, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da CNTE. Eles tiveram e têm uma participação muito decisiva, o que, portanto, levou-nos a obter conquistas importantes no campo da educação. Sabemos que ainda temos uma longa história pela frente. Inclusive o Plano Nacional de Educação está encalhado aí, e há 2 anos o Congresso não consegue votá-lo.

Mas eu quero dizer que carrego uma frustração no peito muito grande, Deputada Luciana Santos: ver exatamente esses temas da reforma política e da comunicação social não andarem. E quando eles andam vão para trás. Volto a dizer: quando há mudanças nessa área, via de regra, são mudanças exatamente para piorar.

Por isso, é muito boa e saudável a mobilização, o Fórum, enfim, toda essa onda de energia e de mobilização que toma conta do País, para ver se a gente avança.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Eu quero também ir na esteira dos comentários. A fala do Deputado Jean Wyllys ao menos trouxe um pouco mais de



opiniões controvertidas aqui, o que é importante para o debate. O debate é para isto mesmo: para evoluir as opiniões.

Eu acho também que o grande problema dos meios de comunicação vai além da sua trajetória objetiva que levou a um monopólio exagerado. E é óbvio que, quando você tem um monopólio, você reflete o conceito e a visão de mundo daqueles grupos econômicos que dominam aquele meio de comunicação. Isso é inegável, é irrefutável. A história do sistema de comunicação do Brasil levou a isso.

A Rede Globo, por exemplo, pediu desculpas outro dia por ter apoiado a ditadura militar explicitamente. O *Estadão* apoiou a ditadura militar explicitamente. A história dos meios de comunicação no Brasil tem DNA, tem uma origem de visão de mundo e de poder econômico explícita. Aliás, antes da existência desses meios de comunicação — Rede Globo, Rede Record, SBT — havia o Chateaubriand e um monopólio. Não são as pessoas, não são as famílias, mas é o sistema de comunicação que, ao longo desta história acaba refletindo um conteúdo de pensamento que é quase homogêneo com relação ao que se pensa do País. Foi um processo histórico que nos levou à formulação do sistema de comunicação brasileiro. Chateaubriand, quando morreu, era dono de quase todos os jornais do País, tinha rádios e também negócios em várias áreas.

Aliás, a indústria de comunicação e entretenimento é uma grande indústria no mundo todo, é a principal indústria norte-americana, por exemplo. E é óbvio que estão em jogo interesses econômicos e políticos de grande repercussão. Está tão claro que isso repercute na visão de mundo que é inegável que os meios de comunicação usam estereótipos sobre a Nação brasileira. Como são retratados os nordestinos de maneira geral? Como é retratada a população negra? Como é retratado o papel da mulher na sociedade, de gays, de lésbicas? Como isso é retratado na grande maioria dos meios de comunicação?

Eu acho que há aqui esse problema de origem e formação dos meios de comunicação do Brasil, o que levou a esse tipo de concentração e, como consequência, de pensamento. Nós temos uma ditadura de pensamento na sociedade brasileira. Além disso, ao longo desse tempo todo, a formação dos meios de comunicação foi contaminada pela máxima de um teórico norte-americano que se



chama McLuhan: aquela velha história de que os bons fatos não viram boas notícias. Essa é a pauta dos meios de comunicação no Brasil em sua maioria.

Agora, isso é homogêneo? Não. Acho que tudo está em disputa. Foram os próprios meios de comunicação, com as divergências que tiveram no seu seio, que levaram a essa divergência que há: é o Azenha que saiu recentemente, explicando o que aconteceu; o Paulo Henrique Amorim. Todos esses contaram histórias do que vivenciaram, do contraditório que vivenciaram no âmbito e no ambiente de produção de trabalho.

E quem trabalha nos meios de comunicação, os jornalistas sabem como é: eles fazem uma matéria, e a manchete sai diferente; ou então eles já saem da redação com a matéria pronta, vão conversar com os atores apenas para triturar aquilo que já está pronto. Nós assistimos hoje a um massacre, tal o grau de manipulação.

Agora, isso é homogêneo? É claro que não! Isso está em disputa. Agora, é evidente está aí para todo mundo ver o que representou essa história da formação e o papel que os meios de comunicação jogaram no Brasil.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Deputada Luciana Santos, eu quero só um aparte também.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Agora, do ponto de vista da ficção, eu acho que é justo levarmos em conta o conjunto da produção intelectual do conteúdo. Mas também é verdade que existe um estereótipo que vem sendo massificado. Isso está nos sentimentos e nos dados estatísticos.

Por fim, eu só quero reforçar a questão que a Deputada Jandira Feghali levantou sobre este Governo. Quando Lula se elegeu, não foi uma revolução que nós fizemos no Brasil; nós ganhamos uma eleição. O poder político deste Governo é muito menor do que nós gostaríamos. O sistema de oposição no Brasil sequer está representado nos partidos políticos hoje, porque eles minguaram — o DEM minguou, o PSDB minguou. O sistema de oposição no País está representado pelos pilares daqueles que se viram ameaçados no *status quo* e no que historicamente lhes foi determinado.

É por isso que há todos os dias, do *Financial Times* ao *The Economist* da semana passada, a campanha para se ter o superávit primário que o mercado



financeiro deseja, ou a grande campanha pela alta de juros, ou a campanha da inflação. Ali tem um pensamento. Nós não podemos ser ingênuos nisso. Há interesses econômicos pesados: são 16,6 bilhões de reais recebidos do faturamento bruto do meio de comunicação do Brasil, sendo que, desses, 10 bilhões de reais vão para as televisões. É isto: é o interesse econômico e político que está em jogo no País. E nós não podemos fechar os olhos a isso.

Agora, esse tema está em disputa? Acho que está. E é por isso que a gente está aqui. E é por isso que a gente está lutando pela liberdade de expressão na Internet. E é por isso que a gente está lutando para poder acabar com o monopólio dos meios de comunicação, porque esse é um monopólio inaceitável, como é inaceitável em qualquer que seja a concessão pública. E essa é a luta que a gente faz. E o Governo Federal também é um governo em disputa, um governo transitório para outro patamar de democracia, etc., porque o governo também age de acordo com a correlação de forças. Ora, para se eleger, o Lula teve que fazer a Carta ao Povo Brasileiro.

Então, a luta política, ela é ferrenha, e, quando se trata dos meios de comunicação, ela é a expressão mais dura da luta de ideias e da luta para que se altere a correlação de forças no nosso País.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Eu espero que eu tenha a chance de me colocar agora. Eu não tinha a intenção de mexer nos brios, nas suscetibilidades do PCdoB, e acabei mexendo, sem querer. Minha ideia não era essa.

Eu abri a minha fala dizendo que nós concordamos que é preciso aprovar um projeto de regulamentação dos meios de comunicação de massa no Brasil; que os critérios da concessão precisam ser revistos; que nós concordamos que o índice de acesso aos meios de comunicação é muito baixo, principalmente se pensamos na Internet. Mas o que eu trouxe aqui foram aspectos para qualificar o debate.

Então, primeira questão: a ideia de tratar a audiência como algo monolítico, sem entender as posições de sujeito e sem entender a comunicação como um processo em que a produção de sentido se dá na recepção, portanto envolve as histórias de vida e as mediações culturais. Eu trouxe aqui o exemplo claro de que não bastou a imprensa se alinhar contra o Governo Lula para que ele não fosse eleito. Ele foi eleito mesmo assim. Isso significa que havia outros elementos em jogo



na produção do sentido e do consumo daquele produto que geravam outro significado. A gente precisa qualificar isso, esse debate, sair desse senso comum de que os meios de comunicação controlam os corações e a mente, ainda que haja um endereçamento claro nesse sentido. Há um endereçamento claro de representar o mundo e o Brasil de determinada forma, mas não necessariamente esse endereçamento tem eficácia, porque, na hora em que a pessoa recebe a mensagem, o sentido é produzido muito a partir da posição de sujeito, envolvendo a identidade de classe, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de procedência, enfim, todas essas posições de sujeito, além da história de vida de cada um. Então, eu pedi tão somente que a gente qualificasse um pouco o debate nesse sentido.

Segundo ponto. Levei em conta, sem fazer juízo de valor aqui, o fato de a coalizão que sustenta este Governo não ter proposto. Todos aqui concordam com isso. Eu só citei os partidos de esquerda porque são partidos comprometidos com essa causa, inclusive o meu, que não é da coalizão, mas é um partido de esquerda de oposição — nós concordamos com essa causa. Este é o ponto.

Deputada Luciana Santos, não é o melhor momento para evocar McLuhan. Uma frase muito popular dele é esta: “*O meio é a mensagem*”. Ou seja, ele diz que a gente deve sair da discussão sobre conteúdo para uma discussão a respeito dos impactos do meio físico em si sobre os nossos comportamentos. Por exemplo, como todo mundo reorganizou sua casa para ter a televisão na sala? Então, o que importa não é o conteúdo, e sim o impacto que o meio produz nos nossos hábitos. Isso significa...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - (*Falha na gravação*) somente a sua visão. Eu fiz a crítica porque acho que os meios de comunicação no Brasil são contaminados por esse conceito. Foi isso o que eu quis dizer.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Pois é. Mas esse conceito tem que ser levado em conta. O conteúdo é importante, mas é mais importante o impacto que o meio produz em nós.

A gente há que tornar complexa essa discussão sobre os meios de comunicação, porque, por exemplo, no momento em que o Governo Federal, através da Presidenta Dilma, enterrava o Projeto Escola sem Homofobia — e enterrava mesmo —, com uma declaração infeliz, quem manteve na esfera pública a



discussão sobre homofobia foi uma novela da *Globo: Insensato Coração*. Isso não pode ser negligenciado nesta discussão. Ainda que as novelas tenham um papel na configuração de imaginários — e têm mesmo —, ainda que elas configurem mesmo, a gente não pode desconsiderar que a novela politiza, que ela vem politizando muito a existência do povo brasileiro em aspectos que são negligenciados pelos poderes públicos.

Então, a ideia aqui é tão somente chamar a atenção para uma complexidade que é fato. Discursos maniqueístas, repetidos *ad infinitum*, que querem dividir de um lado mocinhos e de outro bandidos, não vão dar contar. A gente precisa tornar essa discussão muito mais complexa. Foi só isso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Primeiro eu queria parabenizar as duas Comissões pela realização desta discussão, que tem uma urgência: a democratização dos meios de comunicação.

É óbvio que os referências de sujeito são absolutamente fundamentais para que nós possamos construir os pensamentos e as ações, mas existe hoje uma opressão midiática que busca realmente desconstruir o sujeito e preencher os espaços vazios que não oportunizam as condições de sujeito individuais e coletivas. Eu acho que há uma opressão midiática e uma luta de classes em curso, uma luta de classes meio pós-moderna, eu diria, mas uma luta de classes. E os meios de comunicação, com a sua concepção oligopolizada, eles têm partido, eles têm lado nessa luta de classes, o lado não apenas de tomar de conta das ideias que podem ser colocadas, ou dos projetos, ou das visões de mundo que podem ser identificadas enquanto tal, mas uma busca de capturar o imaginário e os comportamentos, de impor os desejos, de derramar os desejos dentro das casas, como se fossem pílulas prontas, num processo de invasão da cidadania e da intimidade, de destruição das possibilidades da construção de sujeito, que são absolutamente fundamentais.

É óbvio que nós temos uma sociedade em disputa e que existem espaços de construção de identidades, inclusive de construção de ações. Eu penso que, quanto mais esvaziados estão os espaços de construção, mais profundo é o efeito dos meios de comunicação. Nós temos vários exemplos disso. Lembro-me da luta pelas Diretas Já, que foi negada pelos meios de comunicação, mas depois teve que ser aceita, porque o povo se manifestou nas ruas, porque houve outros espaços de



construção, outros espaços em curso na sociedade que puderam ser preenchidos e se impor inclusive à lógica dos meios de comunicação. Mas penso que esse processo de dominação é muito mais profundo do que podemos imaginar neste momento.

E, por fim, digo que nós temos um Governo que é fruto de eleições dominadas pela lógica e pelos limites de uma eleição inclusive midiática, uma eleição muito vergada ao próprio consumo, em que os meios de comunicação, inclusive a televisão, que entra dentro de casa, passou a ser uma variável absolutamente fundamental. O poder econômico também é outra variável fundamental. E o Governo, nessas condições, tem limites. Só que eu acho que o que era possível construir de transformação, ou quase isso, dentro desses limites, está se esgotando. Na minha avaliação, ou a gente enfrenta questões estruturais neste momento, ou a gente vai perder a possibilidade de continuar avançando. E um desses enfrentamentos, penso eu, é realmente a redemocratização, ou seja, o monopólio e as opressões midiáticas precisam ser desconstruídas, porque é preciso construir instrumentos... Não é que é preciso construí-los, porque eles são construídos pela própria organização da sociedade, a sociedade se organiza para construir seus espaços e instrumentos, mas é preciso oportunizar a construção desses espaços, para que nós possamos ter uma contra-hegemonia.

Eu encerro dizendo que é inegável a opressão midiática. Ela tem hoje um caráter de captura de imaginários. Nós temos uma sociedade que reproduz isso. Nós temos uma lógica de comunicação que estimula o consumo, mas, ao mesmo tempo, a vida real nega o consumo, e esses são elementos para a construção de uma sociedade com muitas cisões. Essa lógica pode-se contrapor hoje com as redes sociais, que são instrumentos absolutamente importantes, mas com espaços concretos de organização da própria sociedade, para que ela possa fazer essas construções de sujeito. Para isso, é fundamental que a gente identifique. Ainda é este o desafio que está sendo dado. Não há uma identificação dos meios de comunicação, das poucas famílias que dominam a comunicação neste País, e que o fazem lucrando muito. Não há uma identificação generalizada do conjunto da sociedade como instrumento de disputa de projetos políticos, porque isso vem





enviesado, vem de forma líquida, e vai entrando e capturando, como eu disse, os desejos e os pensamentos.

Portanto, eu concordo com você que os espaços de construção de sujeito são absolutamente fundamentais para que se possa fazer o contraponto, mas digo que as formas de dominação hoje pressupõem o desenvolvimento do assujeitamento, ou a captura das condições e dos espaços para a construção do sujeito. É óbvio que a sociedade, ao se organizar e abrir seus próprios espaços e a sua organização, pode se contrapor a isso, e as mídias sociais são absolutamente fundamentais nesse processo.

Concordo com a Deputada Fátima Bezerra. Esta Casa não fará uma reforma política, porque os Deputados não cometerão suicídio coletivo com uma reforma política que elimine, por exemplo, financiamento privado de campanha. Isso é óbvio. Falo da maioria dos Deputados. E nós também precisamos construir os espaços necessários de organização, de mobilização, de sujeitamento, para que possamos democratizar os meios de comunicação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Luciana Santos) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Eu entendo que o que nos une é, em primeiro lugar, a necessidade de popularizar a iniciativa de lei, para que ela incida mais dentro do Parlamento. As forças da inércia, que querem manter tudo como está, não democratizar os meios, como nós queremos, elas são poderosíssimas.

Eu concordo com essa reflexão muito aguda do Deputado Jean de que é evidente, desde o velho Marx, quando não havia televisão — ele morreu 5 anos depois da introdução da luz elétrica, em outra realidade —, que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, com TV, rádio, jornal, seja o que for. Entendo que há uma diferença entre o jornal que se adquire, que se compra, por isso não é uma concessão pública, e os meios de difusão eletrônicos, como TV e rádio, que entram na sua casa sem pedir licença. É claro que toda a indução a esse aparelho, a esse consumo, é muito forte.

Recentemente, foi divulgada uma pesquisa, acho que do IPEA: nas favelas do Rio de Janeiro, 98% das residências têm televisão, 96% têm rádio e só 25% têm



Internet. Então, a luta irmã, que tem a ver com democratização da comunicação, é pela democratização da Internet, esse instrumento preciosíssimo.

Acho que a melhor pesquisa para nós de partidos que não têm grana para fazer pesquisa foi a das ruas, em junho, especialmente, com aquele caráter massivo. Eu vi que há um sentimento crítico que às vezes a gente despreza. A teledramaturgia brasileira, assim como tem um quê de ilusão, como qualquer teatro, ela faz também, obrigatoriamente, alusão à realidade. E quanto mais lutas sociais existirem, mais a teledramaturgia irá reverberá-las.

A única novela a que eu assisti de cabo a rabo, quando isso era possível, porque a nossa vida de militante não deixa, só deixa ver o futebol, que passa mais tarde — alguns veem para sofrer, como os que torcem pelo Vasco, pelo Fluminense... — foi a novela *Pantanal*, que retratou muito bem a realidade da luta no campo. Eu tinha alguns amigos pessoais ali. Eu brincava com Ângelo Antônio, com a Cássia: “*Vocês são camponeses, mas têm dentes*”. Havia ali um tratamento odontológico que ainda não chegou à realidade do campo. Mas havia esse elemento. Eu acho que a gente tem que considerar, sim, o receptor, com toda a ideologia do consumo que o capitalismo estimula, como alguém crítico.

Eu fiquei impressionado com a rejeição da garotada aos meios de comunicação em geral. Inclusive muitas vezes confundiam o jornalista com o dono da empresa, com o veículo, e baixavam o pau!

Um caso na ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro me diz respeito diretamente, porque meu filho mais velho é jornalista e foi lá entrevistar a garotada que estava fazendo a ocupação. Eles se reuniram lá dentro para avaliar se iriam deixar a imprensa burguesa entrar, como nós fazíamos no tempo estudantil. Eu disse: “*Entrem lá, é importante, senão a polícia fica mais à vontade ainda para reprimir*”. Mas eles não puderam: “*Se for do Globo, então, não tem jeito, não pode!*” Aí um garoto disse assim: “*Olha, para você, que é jornalista do Globo, eu não falo, só dou entrevista para a CBN*”. (Risos.)

De qualquer forma, essas são coisas interessantes, e elas mostram, como disse a Deputada Luciana, que não há uma homogeneidade de percepção. Agora, há — e algumas sílabas são iguais — uma hegemonia que só a democratização real pode garantir, democratização na lei, mas na prática eu acho que o fenômeno da



Internet está ajudando. Por isso tanto disputa aí pelo Marco Civil. Essa sociedade em redes, essa comunicação mais horizontal é uma baita conquista. Há 20 anos a gente não suspeitava que pudesse acontecer de o que se diz nesta dessa audiência ir se multiplicando.

Acho que a gente tem que estabelecer aquele patamar que nos une e avançar no plano legal, combinado com a criação de meios alternativos, dos nossos meios. É muito importante a nossa comunicação nessa diversidade, porque ela vai, mesmo que a gente não perceba, semear uma nova consciência. Eu tenho absoluta convicção disso. Há algo novo acontecendo, às vezes imperceptível, e que os veículos de comunicação, mesmo que, claro, dependam da publicidade, dos bancos, dos donos do poder, não podem negar totalmente, senão até perdem audiência. Então, existem aspectos contraditórios e de complexidade que a gente precisa entender.

Eu gosto muito de ouvir o Deputado Jean porque ele é um entusiasta, ele gosta, e ele vê novela, já me disse isso, é um noveleiro. *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pois é. Eu aprendo muito com V.Exa.

Essa percepção é grande, e, nós da esquerda, em geral, temos certo preconceito, não é? Eu escuto a minha vizinha lá em Santa Tereza, porque as casas são muito próximas. Um dia ela estava dizendo alto: *“Poxa, Fulano, que homem safado, hein? Tá querendo dar um golpe”*. E eu pensei: *“Poxa, a situação na família ali está braba”*. Depois eu soube que ela estava discutindo a novela com uma pessoa no outro lado linha. Mas como há sempre um heroizinho dos nossos sonhos igualitários, até nas novelas, eu puxei assunto: *“Mas não tem um cara lá...?”* *“Tem, tem o Fulano que é muito bonzinho, um cara honesto e tal”*. *(Risos.)* E assim vamos avançando.

O desafio é enfrentar isto aqui, porque a maioria, e não só porque é dona ilegal dos meios de comunicação, sócia, a maioria não quer mudar esse padrão. Está funcionando para eles, não está?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Luciana Santos) - O Deputado Chico Alencar unificou o debate novamente.

Agora vamos voltar a palavra aos convidados, para as considerações finais.



Mas eu quero dizer, Deputado Chico Alencar, que nos Estados Unidos os jornais pelo menos são mais objetivos. Lá eles têm partido político declarado, aberto, editorial. Eu acho que assim é melhor, para não escamotear opiniões.

**A SRA. SÔNIA CORRÊA** - Vou ser bem breve. Primeiro, quero agradecer esta oportunidade. Eu acho que as questões aqui levantadas demonstram o quanto precisamos debater relativamente mais a reforma da comunicação que desejamos. Aproveito para fazer um convite. Terça-feira que vem nós vamos lançar essa pesquisa da Fundação Perseu Abramo a que a Deputada Luciana se referiu. Haverá uma atividade conjunta da Comissão de Cultura, da Fundação Maurício Grabois, da Fundação Perseu Abramo e do Centro Barão de Itararé no lançamento dessa pesquisa sobre democratização da mídia.

Também quero passar um recado da Maria, do FNDC: aqui na saída estão os materiais da campanha. Todo mundo que puder colaborar para a coleta de assinaturas, por gentileza, pegue o *kit* campanha do projeto de lei de iniciativa popular pela mídia democrática.

No nosso entendimento, para construir um país democrático nós precisamos garantir de fato a comunicação para todos e todas. Não existe país democrático sem democracia na mídia.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. ROSANE BERTOTTI** - Quanta coceira na língua para falar muita coisa! Mas o tempo não permite.

Algumas questões. Antes que eu me esqueça, no dia 13 de dezembro, a partir das 15 horas, nós vamos fazer aqui em Brasília uma plenária nacional de debate, avaliação, construção e encaminhamentos do nosso projeto de lei de mídia democrática. Ainda não definimos o local, mas fiquem atentos, porque a informação vai estar nos *sites* do FNDC, do Intervozes, da CUT, das outras centrais que estão neste projeto e no próprio *site* da campanha. Fiquem atentos e participem conosco dessa plenária. Todos estão convidados.

O tema da comunicação está articulado com todo um processo de estrutura do País. Se nós pegássemos a lista dos mais ricos do Brasil, quem teríamos? Se nós pegássemos a lista dos Deputados e Senadores desta Casa, quem teríamos?



Com certeza, não teríamos a grande maioria dos que estão aqui. Temos aqui uma pequena representação.

A estrutura da comunicação tem uma articulação muito maior de poder, que tem a ver com a vida, com a economia, com o dia a dia das pessoas. Quando se debate a estrutura da comunicação, faz-se muito mais do que um debate de informação, muito mais do que um debate de diálogo da importância que tem a ficção, porque debate-se com a estrutura que praticamente rege a política e a economia deste País. Então, o debate não é fácil.

Nós acreditamos que a estrutura de comunicação precisa ser repensada. Eu poderia ficar muito tempo falando sobre os grandes avanços que nós tivemos com a democracia no último período, mas, como o tema é comunicação, não há como deixar de dizer que não houve avanço. Eu me orgulho de dizer que tivemos a 1ª Conferência de Comunicação, fantástica, e me orgulho de dizer que temos uma empresa pública de comunicação, a EBC. Agora, eu me entristeço em dizer que essa mesma empresa pública de comunicação não tem um canal nacional de diálogo com a sociedade brasileira e entristeço-me em dizer que tivemos avanços no Governo do Presidente Lula, que mudou os critérios de publicidade, mas que agora a coisa está pior do que antes. Não há como tapar o sol com a peneira. Lá na roça a gente diz assim: *“O sol a gente não tapa com a peneira”*. Há uma responsabilidade deste Governo para com a democracia brasileira, e há também uma responsabilidade desta Casa, com certeza não dos Deputados e Deputadas que estão neste debate, mas uma responsabilidade desta Casa.

O Deputado do PSDB que estava aqui fez a pergunta: *“Por que a ABERT e outras organizações não estão aqui?”* Porque para eles a democracia se faz no *lobby*, na compra da eleição dos Deputados. Por isso não estão aqui, por isso não fazem parte do debate, por isso não participaram da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Para eles, a democracia se faz de outra forma, não com respeito à sociedade brasileira. É por isso que eles não estão aqui neste processo de debate.

Nós defendemos um conselho de comunicação em que estejam representados Governo, empresários, trabalhadores, porque assim é que é a sociedade civil. Nós não somos uma sociedade que pensa de forma igual, e é com



ela que nós queremos fazer o debate. Nós queremos fazer o debate com quem detém a concessão. Agora, por que eles não vêm para o nosso espaço de debate?

Eu sou Secretária de Comunicação da CUT há 7 anos e estou na Coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação há 2 anos. Nunca fui convidada para participar de um debate com os empresários, para saber o que eles pensam da comunicação. Nunca fui convidada. Mas, junto com os companheiros que coordenam o FNDC, já os convidei para fazer o debate. Eles não vêm, e não nos convidam, porque para eles o debate é feito na forma do *lobby*, não é feito na forma da democracia. E, como nós temos este espaço de comunicação pública, este espaço aqui, temos que apresentar essas questões.

Por último, como fui eu que falei das novelas, quero dizer que o Brasil tem uma riqueza de produção de ficção maravilhosa. Eu também sou noveleira. Adoro assistir a novelas, até porque, no Município de onde eu vim, a única forma de ter um pouco de dramaturgia era ver a novela. Cinema não havia, teatro também não, nenhuma outra forma de cultura, então eu aprendi a conhecer a ficção nas novelas. E nós, quando falamos do que faz a novela, não falamos contra o ator, nem contra a ficção em si. Agora, por que será que a ficção brasileira só retrata uma realidade? Por que será que a ficção brasileira, nas telenovelas, não mostra o trabalhador que sai cedo e vai pegar o ônibus para trabalhar? Parece que ninguém trabalha neste País! Parece que todo mundo vive num... Não é essa a verdade. Por que será que uma ficção de novela não mostra a realidade das mulheres brasileiras, dos negros, dos indígenas? Por que não mostra? Será que não existe ficção sobre isso? Será que não temos escritores interessados nisso? Não é verdade. É porque através da ficção é possível inculcar certas ideias no imaginário das pessoas. A ficção incide na vida e na realidade das pessoas. Por isso o debate da ficção também é importante. A história dos avanços mostrou que a cultura tem informação e indicação na vida das pessoas, por isso nós precisamos fazer esse processo de articulação.

No mais, gente, esta luta é árdua. Eu não tenho a ilusão de que a democratização da comunicação nós vamos conseguir amanhã. Agora, tenho certeza de que quem acredita na democracia e acredita na capacidade do povo brasileiro vai estar com esta pauta na sua mão, com a caneta neste nosso projeto,



articulando, debatendo, fazendo formação, porque é dessa forma que nós vamos fazer a mudança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jandira Feghali) - Obrigada, Rosane.

Agradeço a todos a presença.

Vamos finalizar a audiência pública das três Comissões. Vamos desfazer a Mesa e chamar o Deputado Molon. Não sei se está presente alguém da imprensa além da *TV Câmara* e da *Mídia Ninja*. Eu não sei quem está aí, mas a nossa ideia era, às 17h30min, ter feito uma coletiva sobre o Marco Civil, e já estamos com quase 2 horas de atraso. Não sei se permaneceram aqui os repórteres para esse debate. Alguém poderia me dizer? (*Pausa.*) Tem *blogs*...

Deputado Molon, V.Exa. poderia se sentar aqui? O Deputado Ivan Valente também, que já tinha sido chamado. E a Rosane fica para a coletiva.

A gente poderia chamar mais para frente o pessoal da comunicação, para eles poderem usar o microfone.

Declaro encerrada a audiência pública da Comissão de Cultura, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Educação.

Muito obrigada.